

Nelson Diniz e Luciano Hermes da Silva

Contra-uso skatista de espaços públicos no Rio de Janeiro

Resumo

Desde os anos 1990, o skate tornou-se uma realidade presente na maioria das grandes cidades do Brasil. Este artigo pretende problematizar a prática do skate de rua no contexto da resignificação e subversão criativa das formas e dos equipamentos urbanos (contrauso skatista). O skate de rua não se realiza em espaços separados daqueles da vida cotidiana. Desse modo, sua permeabilidade, isto é, sua presença nas ruas, praças e calçadas constitui-se, na maior parte das vezes, em atividade “clandestina” e, por isso mesmo, passível de repressão. Tendo em vista esses conflitos em potencial, este artigo pretende estabelecer uma análise comparativa de casos particulares de apropriação de espaços públicos por skatistas na cidade do Rio de Janeiro. Busca-se demonstrar, antes de tudo, que a reflexão sobre esse tema marginal, pouco desenvolvido ou mesmo negligenciado por sua “menor importância”, permite compreender conflitos mais gerais relativos à apropriação e à produção social do espaço.

Palavras-chave: Contra-uso; Skate; Espaço público.

Abstract

Since the 1990s, skateboarding has become a present reality in most major cities in Brazil. This article aims to discuss the practice of street skating in the context of reinterpretation and creative subversion of shapes and urban equipment (skateboarders' counter use). The street skating is not carried out in separate areas from those of everyday life. Thus, its permeability, that is, your presence on the streets, squares and sidewalks is constituted, in most cases, in “underground” activity and, therefore, liable to prosecution. Given these potential conflicts, this article aims to establish a comparative analysis of particular cases of public spaces appropriation by skateboarders in the city of Rio de Janeiro. Seeks to demonstrate, first of all, that reflection on this theme marginal, underdeveloped or neglected by their “less importance” allows us to understand more general disputes concerning the appropriation and social production of space.

Keywords: Counter-use; Skate; Public space.

Nelson Diniz

é graduado em Geografia, doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II.

nelsondiniz@hotmail.com

Luciano Hermes da Silva

é graduado em Geografia, mestrando em Geografia (PPGG/UERJ-FFP) e professor de Geografia da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

lucianohermes@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO: CONTRAUSO SKATISTA DE ESPAÇOS PÚBLICOS¹

A prática do skate data de pouco mais de meio século. De acordo com Howell (2001), Borden (2003) e Machado (2014), sua origem se deve à retirada dos guidões dos patinetes por surfistas californianos, na segunda metade da década de 1950. Isto é, os primeiros skates foram produzidos de maneira artesanal, constituindo-se em meros brinquedos para andar sobre calçadas e áreas livres de trânsito de veículos e pessoas. Nos anos 1960, o skate passou a ser praticado em piscinas de casas abandonadas, reproduzindo manobras do surf e tornando-se uma alternativa para os dias sem ondas (ZARKA, 2011).

A partir dos anos 1970, em virtude da popularização do skate e do constante aperfeiçoamento dos materiais utilizados em sua fabricação, difundiram-se, a princípio nos Estados Unidos, as pistas de skate² (BORDEN, 2003). Desta maneira, dos “espaços encontrados” o skate passou a ser praticado também em “espaços construídos” (BORDEN, 2003, p. 29-57). Apesar de as pistas de skate se constituírem em espaços de confinamento e domesticação (ZARKA, 2011), ainda de acordo com Borden (2003), foi nestes “espaços da superarquitetura” (p. 89) que se tornou possível o aprimoramento das técnicas de realização de manobras. Se, até a década de 1970, o skate se resumia à repetição dos movimentos do surf fora d’água, com a construção dos *skateparks*, passou a se orientar por uma constante evolução própria.

A invenção de um movimento específico é considerada a revolução na história da prática do skate. Tal movimento chama-se *ollie*³. Esta manobra fez com que, definitivamente, o skate deixasse de ser uma

extensão do surf, possibilitando aos skatistas experimentar qualquer tipo de terreno pavimentado.

Uma vez que se tornara possível transpor diversos obstáculos, decolando com o skate sob os pés, e que, nos Estados Unidos, as *skateparks* deixavam de ser investimentos rentáveis (BORDEN, 2003, p. 174), a alternativa encontrada pelos skatistas do início dos anos 1980 foi levá-lo para as ruas, calçadas e praças – utilizando-se de toda sorte de elementos arquitetônicos para a realização das manobras. Iniciava-se, assim, a prática do skate de rua⁴.

A despeito de seu desdobramento em diversas modalidades, o *street skate* ou skate de rua expressa melhor os fundamentos dessa prática⁵. Para Zarka (2011):

Apesar de existirem inúmeros espaços criados expressamente para a prática do skate (*skateparks*), trata-se acima de tudo de uma atividade urbana. Mais precisamente, é uma prática “do urbano”, no sentido de que o seu terreno é realmente a cidade, ou pelo menos uma reinterpretação da diversidade de materiais e formas da cidade (p. 114, tradução nossa).

Portanto, o skate de rua é uma forma de reapropriação dos espaços urbanos, mais precisamente dos espaços públicos. Reapropriação semelhante aos modos de operação, esquemas de ação ou maneiras de fazer, tal como definidos por Certeau (2013): “práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (p. 41). Para Certeau (2013), diante dos produtos impostos por uma ordem dominante (econômica, urbanística etc.), os usuários elaboram criativamente suas próprias maneiras de empregar esses produtos. Exatamente o que fazem os skatistas. Conforme Machado (2014):

[...] um corrimão não serve somente para dar segurança a quem utiliza uma escada, mas também para ser deslizado com o skate. Uma escada não é apenas para se passar de um nível ao outro, mas para ser pulada. Uma escultura não é só para ser olhada e apreciada, mas, ao contrário, pode servir como uma inclinação propícia para manobras. Os exemplos se estendem aos bancos, às bordas, às placas de trânsito, etc. Portanto, ao circular pelos espaços urbanos e ao ressignificar as finalidades atribuídas

1 Segundo Delgado (2013), as elaborações sobre o espaço público são bem menos inocentes e naturais do que se supõe à primeira vista. Por isso mesmo, é um conceito que se apresenta ao debate “enquanto cenário da epifania dos valores abstratos da democracia burguesa” (DELGADO, s/p, 2013). Para Delgado (2013), contemporaneamente, “o espaço público passa a ser concebido como a realização de um valor ideológico, lugar onde se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso e outras superstições políticas contemporâneas” (DELGADO, 2013, s/p.). Neste artigo, ruas e praças são consideradas arquétipos do espaço público. A dimensão do espaço público que aqui interessa é aquela relativa ao conflito em torno dos seus usos. 2 Conhecidas como *skateparks*.

3 Trata-se da realização de um salto com o skate sem que se pegue o mesmo com as mãos. A manobra foi criada na segunda metade dos anos 1970, sendo realizada nas paredes de piscinas norte-americanas e, a partir do início da década de 1980, passou a ser executada também em terreno plano. Atualmente, constitui-se em um fundamento que possibilita a realização de praticamente todas as outras manobras, em quase todos os tipos de terrenos e obstáculos de interesse dos skatistas.

4 O *street skate* ou *street*.

5 O que se segue até o fim da presente seção é uma versão ligeiramente modificada de elaborações já publicadas pelos autores. Cf. SILVA, Luciano Hermes da; DINIZ, Nelson; CAMPOS, Maicon Gilvan Lima (2013); SILVA, Luciano. Hermes da; DINIZ, Nelson (2014a; 2014b).

aos seus respectivos equipamentos, a cidade ganha novos contornos (p. 31).

Ao servir-se da inclinação de uma escultura, pular uma escada ou deslizar sobre um corrimão, os skatistas afirmam sua criatividade, sua experiência singular das formas e dos equipamentos urbanos. Os usos que fazem do espaço geométrico dos arquitetos e urbanistas retira daí efeitos imprevistos. À subversão dos usos previsíveis das formas e do mobiliário urbanos chamamos *contrauso skatista*.

Existem outros modos de operação ou esquemas de ação que expressam, igualmente, as maneiras como os skatistas produzem a ressignificação material e simbólica⁶ dos espaços públicos. Machado (2014) refere-se, por exemplo, à busca consciente dos espaços suscetíveis à prática do skate de rua. Segundo o autor:

Outro elemento lúdico da prática do street skate é justamente a procura por picos. Logo, sempre que possível, é importante circular por vários desses espaços. Entretanto, a procura por lugares skatáveis não se dá somente ao acaso. Ciente de suas habilidades em cima do “carrinho”, os skatistas vão ao encontro daqueles obstáculos com os quais mais se identificam (p. 114).

Outro exemplo diz respeito às formas como os skatistas nomeiam esses espaços. Sobre a polissemia do termo nativo *pico*, Machado (2011) afirma que:

Para a maioria dos paulistanos, o termo “pico” pode fazer referência a uma situação intensa e conturbada (por exemplo, o horário de “pico” no trânsito). Já para os skatistas, pico é um termo nativo que evoca espaços compostos por equipamentos urbanos, que se tornam obstáculos nos quais são realizadas as manobras. Também definido pelos skatistas como lugares skatáveis, para que um equipamento seja considerado um pico, ele deve estar associado a uma série de características que permitam a prática do skate (p. 111).

É comum entre skatistas nomear os lugares, as formas e os equipamentos urbanos a partir de um léxico próprio – em geral ignorado por não iniciados.

⁶ Segundo Bourdieu (2010), “[...] os objetos do mundo social podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque, como os objetos do mundo natural, eles comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago [...] e também porque, enquanto objetos históricos, estão sujeitos à variação no tempo, estando a sua significação, na medida em que ela se acha ligada ao porvir, em suspenso ela própria, em tempo de dilação, expectante e, deste modo, relativamente indeterminada” (p. 140).

Por exemplo, na Praça XV de Novembro, no centro do Rio de Janeiro, a Estátua Equestre do Rei Dom João VI é denominada simplesmente como “Cavalo” pelos skatistas locais. Nas imediações da praça, os mesmos reconhecem a fachada de um prédio comercial como “Mortal Kombat”.

Por último, destaca-se o modo como os skatistas apropriam-se dos espaços públicos modificando-os à sua maneira. Trata-se do *Do it Yourself* (DIY). Compreende-se o DIY como manifestação da criatividade característica do skate de rua e que extrapola a definição de *contrauso skatista* acima apresentada. De acordo com Charest (2014):

A cultura DIY no skate, que surgiu em grande parte da intensificação da prática nas ruas, na década de 1990, é definida pela capacidade que os skatistas têm de identificar e criar espaços interessantes para a prática. Para o desconforto de proprietários e de administradores de espaços públicos, isso muitas vezes significa transformar, por exemplo, bordas e bancos em locais de frequência regular de skatistas. A cultura DIY skatista, desde então, evoluiu a partir da ideia de que skatistas devem sair e encontrar algo apropriado para a prática do skate (embora esta ainda seja uma das principais características da prática do skate) a um movimento global que é definido mais por um desejo de recuperar e remodelar espaços públicos através da autoconstrução de objetos que possibilitem a prática do skate, bem como a execução de manobras. Estes espaços são na maioria das vezes abandonados ou subutilizados (tradução nossa).

O DIY diz respeito não apenas à subversão dos usos das formas e dos equipamentos urbanos, mas à inscrição, de maneira mais ou menos permanente, de novos elementos nos espaços apropriados – rampas, corrimãos, palcos, tablados, elevações etc. Espaços públicos subutilizados transformam-se em lugares de encontro intensamente frequentados por skatistas, que lhes atribuem novos sentidos e qualidades materiais. Como se verá adiante, a apropriação skatista desses espaços não ocorre sem tensões e conflitos.

DA DETENÇÃO À ALAVANCAGEM: CONFLITOS EM TORNO DA PRÁTICA DO SKATE DE RUA

De acordo com Howell (2009), a prática do skate tornou-se um fato físico e social inescapável. Howell (2009) observa que o skate é visto ora como vandalismo, ora como atividade associada à diversão e à criatividade. Sendo assim, seria melhor definido como uso – o que implica desgaste e, em muitos

contextos, disrupção.

Os sentidos básicos e contraditórios atribuídos ao skate – vandalismo versus criatividade – sugerem uma atividade produtora de conflitos. Trata-se, antes de tudo, da tensão entre o uso dos skatistas e o conforto dos consumidores. Howell (2009) analisa estas tensões e conflitos concentrando-se na atividade dos skatistas e nas respostas dos gestores urbanos – planejadores, autoridades eleitas, polícia, lideranças empresariais, arquitetos etc. Howell (2009) recorre às noções de reutilização, liberação, construção e organização para compreender a atividade dos skatistas. As respostas dos gestores urbanos, ainda conforme o autor, variam da dissuasão à contenção, da acomodação à alavancagem.

A reutilização do mobiliário urbano é a principal atividade dos skatistas. Por intermédio da reutilização, bancos, canteiros, escadas, corrimãos, hidrantes, entre outros, são investidos de novos usos – isto é, usos não pretendidos por quem os construiu. Os esforços de dissuasão constituem a resposta dos gestores urbanos aos usos não autorizados dos skatistas. Dissuasão que se manifesta na forma de determinações legais, policiamento e arquitetura defensiva.

Howell (2009) afirma que o policiamento não é suficiente para dissuadir os skatistas, inaugurando “jogos de gato e rato”, nos quais skatistas e policiais estudam as táticas uns dos outros, reajustando continuamente seus próprios padrões. Howell (2009) sugere ainda que, em geral, táticas violentas de dissuasão física contribuem para atrair simpatia em relação aos skatistas, ao invés de dissuadi-los.

No que se refere à arquitetura defensiva, destaca-se a utilização de *skatestoppers*, isto é, estruturas anexadas às superfícies para evitar manobras. Como no caso das táticas de policiamento, a arquitetura defensiva também contribui para atrair simpatia pelos skatistas, uma vez que também pode ser percebida como vandalismo. Ademais, cria as condições para o surgimento de novas formas de criatividade dos skatistas. De acordo com Howell (2009), skatistas utilizam conhecimentos básicos de construção para remover obstruções da arquitetura defensiva. A atividade de liberação, em oposição à arquitetura defensiva, instaura o que Howell (2009) nomeia “arquitetura de gato e rato”.

Considerada a ineficiência da dissuasão física, gestores urbanos podem recorrer a táticas de contenção, ou seja, dissuadindo a prática do skate em toda parte, exceto em alguns espaços subutilizados. Com frequência, os skatistas são levados a moldar as formas desses espaços para melhor atender a suas necessidades. Em um primeiro momento, trata-se da inserção de

objetos provisórios – rampas, palcos, tablados, corrimãos etc. No entanto, principalmente a partir da iniciativa de skatistas mais velhos, com experiência em construção, emergem objetos mais permanentes.

Segundo Howell (2009), a contínua experimentação arquitetônica dos skatistas não se restringe a pequenos objetos edificados em espaços de contenção. De um lado, tais objetos são construídos nos mais diversos espaços. De outro, aumentam em dimensão. Assim como a arquitetura defensiva é difundida por diferentes meios, as técnicas de construção dos skatistas também o são⁷.

Quando as estruturas construídas por skatistas adquirem dimensões sem precedentes, os gestores urbanos são levados a uma nova inflexão, ou seja, a acomodarem-se a essas estruturas. Trata-se do reconhecimento do direito dos skatistas de ocuparem determinados espaços, moldando-os à sua maneira. Howell (2009) afirma que essa mudança de comportamento não é espontânea, ou apenas direcionada à criação de novos espaços de contenção. É, igualmente, uma resposta à organização dos skatistas. Essa organização pode variar de iniciativas limitadas de autoconstrução, de associação para reivindicação de direitos, até estratégias de arrecadação de recursos para a edificação de grandes estruturas.

Para Howell (2009), à medida que amenidades urbanas tornam-se importantes elementos de estratégias de crescimento e/ou de revitalização, gestores urbanos empenham-se em lucrar com a alavancagem da prática do skate. Se, de um lado, municipalidades inserem *skateparks* entre os principais elementos de projetos de revitalização, de outro, a prática do skate torna-se um modo de promover “melhores usos” dos espaços públicos – em oposição, por exemplo, à permanência de moradores de rua.

Reutilização, liberação, construção e organização, assim como dissuasão, contenção, acomodação e alavancagem não são mutuamente excludentes. Howell (2009) propõe que o significado social da prática do skate varia radicalmente, dependendo do contexto – “o que é disrupção em um espaço pode transformar-se em gentrificação em outro” (s/p). Em alguns casos, pode constituir-se em forma de resistência aos códigos da cultura consumista ou às relações econômicas. No entanto, ao mesmo tempo, em outros espaços, pode contribuir para alavancá-los. A seguir, as noções elaboradas por Howell (2009) serão utilizadas para descrever conflitos em torno da prática do skate em espaços públicos do Rio de Janeiro.

⁷ Howell (2009) enfatiza, por exemplo, o papel da mídia especializada do skate.

DA DISSUAÇÃO À ORGANIZAÇÃO DOS SKATISTAS NA PRAÇA XV DE NOVEMBRO

Localizada no centro do Rio de Janeiro, a Praça XV de Novembro adquiriu suas feições e funções contemporâneas como resultado de transformações que se confundem com significativos eventos da história brasileira⁸. No final dos anos 1990, a construção de uma via subterrânea para o tráfego de veículos deixou livre para pedestres toda sua extensão, adequando suas formas a seu uso predominante. Isto é, espaço de intensa circulação de pessoas que embarcam e desembarcam dos diferentes meios de transporte que a servem⁹.

Em virtude das novas qualidades materiais atribuídas à Praça XV, esse espaço converteu-se em local privilegiado para a prática do skate de rua, atraindo skatistas de toda Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do Brasil e mesmo estrangeiros. Em 1999, o skate foi proibido na Praça XV¹⁰, sob alegação de riscos à integridade dos pedestres e de vandalismo, uma vez que o atrito dos skates danificava o mobiliário urbano.

O veto à prática do skate na Praça XV resultou em diversas ações que buscavam garantir a manutenção desse modo de apropriação do espaço, apesar dos esforços de dissuasão das autoridades municipais. A proibição não resultou no abandono da Praça XV pelos skatistas. O que se seguiu foram jogos de gato e rato (HOWELL, 2009). O padrão de atividade dos skatistas consistiu no uso da praça em horários de baixa visibilidade. Os gestores urbanos, por sua vez, reagiram por meio da dissuasão física e da arquitetura defensiva. A repressão da Guarda Municipal culminou em episódios de violência aberta e de apreensão dos skates. Às bordas ao redor do Chafariz do Mestre Valentim foram anexadas grades, dificultando a realização de manobras.

A partir de 2008, um grupo de skatistas organizados no Coletivo I Love XV esteve à frente de manifestações que exigiam a liberação do skate na Praça

XV. Entre 2008 e 2011, organizou skateatas pelas ruas da cidade, em direção à Praça XV. Do mesmo modo, elaborou o Projeto de Liberação do Skate na Praça XV¹¹.

Em 2011, devido à repercussão das mobilizações dos skatistas, a Subprefeitura do Centro do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Esportes autorizaram a prática do skate na Praça XV. A partir de 2012, as mobilizações dos skatistas mudaram de caráter. De protestos tornaram-se celebrações. Em cada um desses eventos, à praça foram acrescentados novos mobiliários de interesse dos skatistas, autoconstruídos ou financiados com recursos de empresas atuantes no mercado do skate. O skate segue liberado na Praça XV.

DA CONSTRUÇÃO À ALAVANCAGEM DO SKATE NA PRAÇA DUÓ

No anfiteatro da Praça do Ó¹², na Barra da Tijuca, o que se observava, até a primeira década dos anos 2000, era a diversidade de frequentadores “indesejados” – moradores de rua, prostitutas, traficantes de drogas e os próprios skatistas. A partir de 2011, a construção de obstáculos de alvenaria fez com que, paulatinamente, a presença dos skatistas se fizesse mais numerosa, resultando na dispersão dos demais “indesejados”.

Até 2011, os skatistas da Duó experimentaram a construção de obstáculos provisórios – recorrentemente removidos ou furtados. A substituição dos obstáculos provisórios pelos de alvenaria e concreto, principalmente por iniciativa de skatistas organizados no Coletivo Duó, tornou a praça conhecida internacionalmente, figurando entre os picos DIY mais conhecidos do Brasil e do mundo. Em 2013, uma parceria público-privada entre a Adidas e a Subprefeitura da Barra e Jacarepaguá transformou a Praça Duó em uma pista de skate que simula diferentes tipos de mobiliários urbanos.

O órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro responsável pela coordenação dos serviços pú-

8 Por exemplo, pode-se destacar a chegada da Família Real Portuguesa, em 03 de março de 1808 e a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

9 Trata-se de intervenção no âmbito do projeto Rio Cidade.

10 A prática do skate na Praça XV foi proibida pelo Decreto Municipal nº 17746 de 1999. De acordo com o referido decreto: “O exercício de atividades recreativas e esportivas tais como ciclismo, jogos de bola, “skate”, dentre outras, nas praças, parques e jardins da Cidade do Rio de Janeiro, está limitado aos espaços especialmente destinados e sinalizados pelo Poder Público a tais fins, quando houver (RIO DE JANEIRO, 1999).

11 O projeto prevê: i) adequação do mobiliário urbano, de modo a minimizar os danos provocados pelo impacto e atrito dos skates; ii) retirada das grades ao redor do Chafariz do Mestre Valentim, uma vez que não apenas dificultam manobras como também obstruem a observação do patrimônio histórico; iii) horários mais adequados à prática do skate; e iv) parceria público-privada para a manutenção do mobiliário utilizado pelos skatistas.

12 “Duó”, tal como é nomeada pelos skatistas.

blicos a serem prestados, nos termos da parceira, foi a Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (Seconserva). A Seconserva mobilizou equipes da Coordenadoria-Geral de Conservação, da Comlurb e da Riolut. A primeira repôs o piso de pedra portuguesa, além de reparar calçadas e proteções de árvores. Equipes da Comlurb realizaram capina mecanizada, limpeza de bueiros, varrição e remoção de entulho. A Riolut reformou os circuitos de iluminação pública, para garantir, sobretudo, o uso da nova pista de skate no período noturno.

A Adidas financiou a construção da pista de skate, bem como a contratação da empresa responsável pelo projeto¹³. A execução das obras se deu com a participação de skatistas do Coletivo Duó, com o intuito de não descaracterizar a área original do anfiteatro. Desse modo, a alavancagem do skate na Duó teve, entre seus agentes, os próprios skatistas organizados quando da construção dos primeiros obstáculos.

CONCLUSÃO: OS SENTIDOS DA PRÁTICA DO SKATE DE RUA

Pelo que foi descrito neste artigo, é possível afirmar que a prática do skate – como toda prática social – está sujeita a diferentes formas de percepção, que variam no tempo e no espaço e que, eventualmente, ensejam conflitos.

Em suas origens, em bairros populares de Los Angeles e ao redor da praia de Santa Mônica, na Califórnia, o skate difundiu-se entre jovens surfistas “*outsiders*”, para utilizar uma expressão consagrada pela sociologia do desvio. Hoje, tornou-se uma indústria bilionária, comandada, em parte, pelas primeiras gerações de skatistas.

No Brasil, ocorreu algo semelhante. Basta recordar, por exemplo, que a prática do skate foi completamente proibida nas ruas de São Paulo, nos anos 1980, durante o governo municipal de Jânio Quadros. Hoje, segundo pesquisa do Instituto Data Folha, realizada em 2015, o skate está presente em ao menos 11% dos domicílios brasileiros. Sua difusão como “esporte”, nos principais meios de comunicação, também constitui importante indicador dessa mudança de percepção – associada ao potencial competitivo dos skatistas brasileiros e à realização de eventos como a Megarrampa.

No que se refere à prática do skate em espaços públicos do Rio de Janeiro, é igualmente possível demonstrar o modo como seus sentidos se transfor-

maram, dependendo dos contextos. Na Praça XV de Novembro, entre 1999 e 2011, o skate era, em geral, percebido como um incômodo, pelos demais usuários da praça, ou como forma de vandalismo, pelas autoridades. Após uma série de conflitos e principalmente, mas não exclusivamente, em virtude da organização do coletivo I Love XV, a prática foi liberada. Hoje, por exemplo, é comum que se identifique a presença dos skatistas como um elemento que garante a segurança da praça. Na Praça Duó, espaço ocupado por todo tipo de frequentadores “indesejados”, o skate tornou-se o aspecto central de uma política de “revitalização”.

Portanto, como já mencionado, as formas de percepção da prática do skate oscilam em torno de alguns sentidos básicos, mais ou menos propensos a gerar conflitos. Em determinados contextos, o skate é visto como vandalismo, um perigo à integridade física da cidade e de seus habitantes. Da perspectiva dos próprios skatistas, trata-se, simplesmente, de criatividade. No extremo, cultura ou mesmo arte urbanas. Em termos mais abstratos, autores como Borden (2003) ou Zarka (2011) identificam o skate como crítica da mercadoria e do ideal moderno de cidade – uma vez que sua relação com a esta fundamenta-se, prioritariamente, em seu valor de uso, e não em seu valor de troca. Do ponto de vista das autoridades, as visões e reações variam da dissuasão à alavancagem.

Por fim, é necessário dizer, uma vez mais, que esses sentidos não são mutuamente excludentes. Como visto, no Rio de Janeiro, a depender dos contextos e dos interesses envolvidos, o skate pode constituir-se em prática reprimida, parcialmente tolerada ou inscrita nos movimentos mais amplos de promoção da cidade.

REFERÊNCIAS

- BORDEN, Iain. **Skateboarding, space and the city: architecture and the body**. Londres: Bloomsbury Academic, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CHAREST, Brian. **What can schools learn from de DIY skateboarding culture?** Disponível em: <http://kickflippingatforty.wordpress.com/2014/02/13/what-can-schools-learn-from-the-diy-skateboarding-culture/>. Acesso em: 23 mai. 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DELGADO, Manuel. **O Espaço Público como Representação: espaço urbano e espaço social**

13 Trata-se de um escritório de arquitetura (Rio Ramp Design), cujos sócios são skatistas.

em Henri Lefebvre. Conferência proferida no âmbito do ciclo **A Cidade Resgatada**, organizado pela OASRN. Museu de Serralves, 15 de Maio de 2013. Disponível em: http://www.revistapunkto.com/2014/01/o-espaco-publico-como-representacao_9694.htm. Acesso em: 16 jan. 2017.

HOWELL, Ocean. **The poetics of security**: skateboarding, urban design, and the new public space, 2001. Disponível em: http://urbanpolicy.net/wp-content/uploads/2013/02/Howell_2001_Poetics-of-Security_NoPix.pdf. Acesso em: 22 set. 2013.

_____. From Public Nuisance to Instrument of Revitalization: Skateboarding in the Built Environment. In: Zardini, M.; Borasi, G. (eds). **Actions**: comment s'approprier la ville. Montreal: Canadian Centre for Architecture, 2009.

MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. De “car-

rinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2014.

SILVA, Luciano Hermes da; DINIZ, Nelson; CAMPOS, Maicon Gilvan Lima. A apropriação do espaço público pelo skateboarding no centro do Rio de Janeiro: o Coletivo I Love XV e a conquista do direito à cidade. Lima: **XIV Encontro Latino Americano de Geógrafos**, 2013.

SILVA, Luciano. Hermes da; DINIZ, Nelson. O skate e a produção social do espaço público. Vitória: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014a. disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br>. Acesso em: 16 jan. 2017

_____. O que o skate pode dizer sobre o ensino de Geografia? In: **Revista Giramundo**. Vol. 1, No 2, pp. 81-89, 2014b.

ZARKA, Raphaël. **On a day with no waves**: a chronicle of skateboarding 1779-2009. Paris: Éditions B42, 2011. ■